



A formação da nova constituinte chilena

considerada como a maior inovação democrática em curso hoje

POR PAULA ROTHENBURG

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONAL FEMININA DO TRE-DF (CPIF)

Em 17/05/2021, foram noticiadas as eleições para a Assembleia Constituinte Chilena no jornal Correio Braziliense, da jornalista Marcia Carmo, de Buenos Aires, para a BBC News Brasil. A matéria destacou que a distribuição das cadeiras respeitou a igualdade de gênero e povos originários. Destacou-se, ainda, a votação pela agenda da transparência e contra a corrupção.

Em 04/07/2021, foi publicada matéria do jornal El País, de Rocío Montes, sobre as pessoas eleitas para a elaboração da nova Constituição Chilena. Foram 155 cadeiras, tendo em sua presidência a acadêmica Mapuche Elisa Loncón, 77 mulheres e 78 homens eleitos, com 17 cadeiras reservadas aos povos originários. Vários em eleição avulsa, sem partido, ligados às demandas do movimento social que originou a votação do plebiscito para a Assembleia.

Com relação a essas demandas, há muito a ser lido e pesquisado. Segundo artigo recente do site Scielo, intitulado "Os protestos sociais no Chile: rumo a um Novo Constitucionalismo?", de autoria de Tereza Maria Spyer Dulci e Vania Alvarado Sadivia (<https://www.scielo.br/j/rk/a/xfp9XCkzSSDrWgtp7M5JyTF/?lang=es>), os protestos sociais chilenos que desembocaram na comemorada nova Assembleia Constituinte, com expressiva composição de mulheres e de grupos indígenas, começaram no metrô de Santiago, em 06 de outubro de 2019.

Segundo o artigo, o metrô aumentou o preço das passagens, o que gerou descontentamento dos usuários. Algo aparentemente semelhante ao que ocorreu no Brasil quando da criação da Lei da Ficha Limpa. Dias depois, em Santiago, estudantes do ensino médio e universitário começaram movimentos para mudanças, que foram aumentando e transparecendo suas principais demandas, e passou a ser chamado de "Estallido Social". As demandas relatadas no artigo trataram de temas como aposentadoria, saúde, desigualdade, delinquência e educação.

No dia 15 de novembro de 2019, diversos representantes firmaram o "Acuerdo por la paz y la Nueva Constitución" que buscou agilizar o processo de elaboração de uma nova Carta Constitucional. Estabeleceu-se que em 26/04/2020 os chilenos poderiam participar de um plebiscito para aprovação ou não da realização de uma Assembleia Constituinte, que foi adiado devido à pandemia para 25/10/2020.

O que se coloca na pesquisa apresentada por Tereza Maria Spyer Dulci e Vania Alvarado Sadivia como os debates constitucionais posteriores à reforma de 2005 são temas como descentralização e governo regional, regime político, controle horizontal de poderes, inclusão da sociedade em mecanismos de decisão e direitos econômico-sociais, entre outros. E ainda existem os temas centrais das discussões de âmbito constitucional, a partir do processo de transição para a democracia, segundo as autoras, que são a reforma de "Leyes Orgánicas Constitucionales", o sistema eleitoral e o Tribunal Constitucional.

Em 27/07/2021, foi divulgado artigo da cientista social Beatriz Della Costa no jornal "Folha de São Paulo", intitulado "Nova Constituinte chilena é a maior inovação democrática em curso hoje" (<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2021/07/nova-constituente-chilena-e-a-maior-inovacao-democratica-em-curso-hoje.shtml?origin=uol>), que exalta o início da primeira Assembleia Constituinte guiada pelo princípio da paridade de gênero, de 04/07/2021, em que o Chile abre ao mundo as portas para uma nova democracia. Segundo Beatriz Della Costa, "há pelo menos 15 anos o Chile vive um processo intenso de construção e fortalecimento de novas lideranças políticas, no qual mulheres tiveram participação efetiva. Em 2013, foi eleita a mais jovem deputada do país, Camilla Vallejo, presidente da Federação dos Estudantes da Universidade do Chile, e outros estudantes que lideraram atos em prol de mudanças, como Giorgio Jackson, representante dos estudantes da Universidade Católica do Chile.

Em 2019, quando surgiram os novos protestos iniciados pelo aumento da passagem do metrô, as mulheres saíram às ruas, segundo a cientista social, "já sabendo que as suas reivindicações precisavam ir dali diretamente para o centro de tomada de decisões políticas". Assim, "juntando uma mensagem forte e muita articulação, elas encontraram apoio em eleitas da esquerda à direita. O Chile estava pronto para a Constituição paritária".

Que essa diversidade da nova constituinte chilena traga bons frutos para os demais povos democráticos e inclusivos e alcance novas questões, a fim de semear olhares constitucionais com a força normativa institucional e a participação social. E que haja discussões da sociedade de como nortear os direitos fundamentais de todas as gerações de Bobbio e de outras, com a democracia, a liberdade e o respeito às opiniões diversas, ea maior participação possível.